



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 15 | Nº. 28 | Jan./Jun. de 2023

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

jerfsonlins@gmail.com

POR UMA HISTÓRIA ORAL DESCOMPLICADA: Algumas considerações iniciais.

RESUMO

Este artigo traz alguns questionamentos sobre o uso da história oral nas mais diversas áreas do conhecimento, abordando desde elementos teórico-metodológicos ao uso de equipamentos técnicos para a gravação as narrativas.

Palavras-chave: História oral; Metodologia; Orientação técnica; Pesquisa; Teoria.

ABSTRACT

This article presents some questions about the use of oral history in the most diverse areas of knowledge, ranging from theoretical and methodological elements to the use of technical equipment for recording narratives.

Keywords: Oral history; Methodology; Technical guidance; Search; Theory.

Introdução

Não há nada mais pessoal e verdadeiro do que a história de alguém. A afirmativa poderia parecer completamente correta não fosse por algumas indagações, dentre as quais: quem está transmitindo esta história? Qual a intenção ao se transmitir esta história? De que lugar social esta história está sendo transmitida? Para quem esta história está sendo transmitida?

Como qualquer discurso, a fonte oral está impregnada por diversos fatores ideológicos. Parafraseando Heráclito de Éfeso, se nenhum homem pode banhar-se no mesmo rio duas vezes porque o rio e o homem mudam, seria incabível pensar que o discurso desse homem permaneceria estático. Os interesses do narrador podem mudar com o passar do tempo, e assim, ele adequa seu discurso para que se encaixe ao seu “novo eu”.

A narrativa também pode mudar de acordo com o interlocutor, o local e diversos outros fatores. A crítica ao uso destas fontes está exatamente na consideração da subjetividade. Mesmo que os narradores construam suas próprias “verdades”, assim como Dom Quixote¹ toma moinhos de vento como gigantes, suas narrativas podem vir a se tornar fontes valiosas. Caberá ao pesquisador não necessariamente desmentir a existência dos gigantes, mas buscar compreender o porquê dos narradores optarem por não vê-los como moinhos de vento. Como explica Verena Alberti:

Ouve-se com frequência que a história é “construção” – não como sinônimo de “tentativa de entendimento”, de “síntese”, mas como sinônimo de “não vinculada à realidade”: tudo é possível, pois tudo são versões e “construções” do passado. Esse tipo de afirmativa é especialmente recorrente na história oral, terreno das diferentes versões e da subjetividade por excelência. Muitos não percebem, contudo, que a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade. É claro que a análise desses fatos não é simples, devendo-se levar em conta a relação de entrevista, as intenções do entrevistado e as opiniões de outras fontes (inclusive entrevistas) (ALBERTI, 2004, p. 9-10).

¹ Janaína Amado é autora de um texto bastante interessante sobre o uso dessa mesma metáfora de Dom Quixote por um narrador: *O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf. Acesso em: 3 nov. 2017.

A história oral vai além do que o termo aparenta exprimir. Não se trata meramente de uma fala qualquer captada por um historiador, ou nas palavras de Portelli (2016, p. 10), “não são *encontradas*, mas *cocriadas* pelo historiador” (grifos do autor). E Portelli vai além:

Elas não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo. Fontes orais são geradas em uma troca dialógica, a *entrevista*: literalmente, uma troca de olhares. Nessa troca, perguntas e respostas não vão necessariamente em uma única direção. A agenda do historiador deve corresponder à agenda do narrador; mas o que o historiador quer saber pode não necessariamente coincidir com o que o narrador quer contar. Como consequência, toda a agenda da pesquisa pode ser radicalmente revista (PORTELLI, 2016, p. 10).

Mas afinal, o que é história oral? Segundo Paul Thompson, apesar do termo “história oral” ser novo, assim como o gravador o era quando ele fez tal afirmação, não significa que ela não tenha um passado. “De fato, a história oral é tão antiga quanto a própria história. Ela foi a primeira modalidade de história” (THOMPSON apud FREITAS, 2006, p. 27). Mesmo os historiadores mais remotos, quanto Heródoto, ouviram testemunhas de seu tempo. Contudo, a história oral só se constituiu como a conhecemos hoje através do uso de equipamentos de gravação, sendo aplicada pela primeira vez como uma atividade organizada em 1948, “quando o Professor Allan Nevis lançou o *The Oral History Project*, na *Columbia University*, em Nova Iorque” (FREITAS, 2006, p. 27).

De acordo com a Associação Brasileira de História Oral (ABHO), os pesquisadores que se dedicam a esta metodologia têm algo fundamental em comum: “a realização de entrevistas gravadas com pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida, ou outros aspectos da história contemporânea”². Já na página na internet³ do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, consta que a história oral “é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea”.

Sendo assim, para que o pesquisador possa afirmar estar praticando a história oral é necessário o respeito a determinados caminhos metodológicos, sendo

² Disponível em: https://www.historiaoral.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=24. Acesso em: 02 jun. 2017.

³ Disponível em: cpdoc.fgv.br. Acesso em: 02 jun. 2017.

fundamental a gravação de entrevistas em áudio ou em vídeo. Sem a gravação, não é possível produzir ciência a partir da história oral, ou seja, a história oral como é praticada atualmente é relativamente recente.

A gravação de entrevistas com testemunhas da história teve início na década de 1950, após a invenção do gravador à fita, na Europa, nos EUA e no México. A partir dos anos 1970, as técnicas da história oral difundiram-se bastante e ampliou-se o intercâmbio entre os que a praticavam. Foram criados programas de história oral em diversos países e editados livros e revistas especializados na matéria. Os anos 1990 assistiram à consolidação da história oral no meio acadêmico e à criação, além da ABHO, em 1994, da *International Oral History Association* (IOHA), em 1996.⁴

Desse modo, a história oral veio permitir que vozes antes sem ressonância na história pudessem finalmente ganhar relevância. Apesar de haver pesquisas com história oral utilizando depoimentos de figuras que sempre tiveram destaque nas fontes escritas, como por exemplo políticos e grandes empresários, a maior parte das pesquisas concentra-se nas pessoas das classes subalternas, o ribeirinho, o trabalhador do chão de fábrica, a dona de casa, o pedreiro, o agricultor, enfim, como bem resume Etienne François:

A história oral seria inovadora primeiramente por seus objetivos, pois dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciosos e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.), à história do cotidiano e da vida privada (numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana), à história local e enraizada. Em segundo lugar, seria inovadora por suas abordagens, que dão preferência a uma “história vista de baixo” (*Geschichte von unten*, *Geschichte von innen*), atenta às maneiras de ver e de sentir, e que às estruturas “objetivas” e às determinações coletivas prefere as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente “micro-histórica” (FRANÇOIS, 2006, p. 4).

Ou seja, a história oral veio atribuir autoridade às falas e a atores sociais até então considerados “figurantes” da história. Apenas às classes dominantes cabia o poder de impor suas narrativas. Vale lembrar o que afirma o sociólogo francês Pierre Bourdieu (1989, p. 15): “O que faz o poder das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”. Assim, ao ouvir e fazer ouvir as narrativas de quem até então não tinha espaço para se fazer ouvir, o pesquisador que utiliza a história oral desempenha um papel revolucionário, o de legitimar discursos até então relegados ao esquecimento.

⁴ Disponível em: www.historiaoral.org.br. Acesso em: 02 jun. 2017.

Contudo, deve-se ter cuidado para não se cair na armadilha de acreditar que basta fazer uma entrevista gravada para que se afirme estar praticando história oral. Existem diversos procedimentos técnicos, metodológicos e éticos a serem seguidos pelo pesquisador. Ainda de acordo com a ABHO,

[...] as formas de praticar a história oral variam conforme o objetivo das pesquisas e dos pesquisadores. Muitas instituições incluem entre suas diretrizes a preservação e a divulgação dos acervos de entrevistas produzidas, preocupação que nem sempre faz parte dos projetos de pesquisa em História Oral. O tratamento das entrevistas e sua passagem da forma oral para a escrita também tendem a ser diversos, conforme as orientações de cada programa ou pesquisa. Além disso, com as novas tecnologias digitais, as possibilidades de gravação em vídeo e de difusão por meio eletrônico, multiplicaram-se as modalidades de emprego da história oral.⁵

O fato de a história oral ser baseada em entrevistas pode levar a se pensar que os objetos históricos desenvolvidos com seu auxílio se referem a períodos próximos, relacionados às gerações que vivenciaram os acontecimentos. Como afirma Verena Alberti,

[...] a história oral apenas pode ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (ALBERTI, 1990, p. 4).

Mas como a história oral não tem a pretensão de obter uma “verdade” dos acontecimentos, mas uma narrativa a partir do ponto de vista dos entrevistados, mesmo levando-se em conta que esta narrativa é construída de acordo com os atuais referenciais de vida destes entrevistados, uma pesquisa com o emprego da história oral pode concentrar-se, por exemplo, em como uma geração atual constrói sua visão acerca de um fato marcante ocorrido há séculos, ou pode levar os narradores a refletir sobre a construção da identidade de sua comunidade. Mais do que no passado, a memória se constrói a partir do presente, das experiências acumuladas pelos indivíduos, que refazem suas memórias de acordo com os lugares sociais que ocupam ou almejam ocupar. Essa característica da história oral a posiciona em um lugar privilegiado em um ponto de intersecção entre as ciências, sendo empregada desde a história e demais ciências humanas, até nas pesquisas em enfermagem.

⁵ Disponível em: www.historiaoral.org.br. Acesso em: 02 jun. 2017.

Eu partiria da ideia de que a “história oral é mais do que uma decisão técnica ou de procedimento; que não é a depuração técnica da entrevista gravada; nem pretende exclusivamente formar arquivos orais; tampouco é apenas um roteiro para o processo detalhado e preciso de transcrição da oralidade; nem abandona a análise à iniciativa dos historiadores do futuro.

Diria que é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* dos processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão e versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais (LOZANO, 2006, p. 16).

Desse modo, a história oral permite que, mais do que consultar fontes, o pesquisador possa construir suas fontes, alterando significativamente o modo de fazer história. Como afirma Jorge Eduardo Lozano:

A história oral poderia distinguir-se como um procedimento destinado à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, sob métodos, problemas e pressupostos teóricos explícitos. Fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos, e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos “outros” (LOZANO, 2006, p. 17).

Então um leitor menos atento poderia concluir que a história oral seria simplesmente substituir uma fonte escrita por uma entrevista. Mas não é bem assim. Como afirma Alessandro Portelli:

Na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra (PORTELLI, 1997a, p. 26).

Mas como saber quando usar uma fonte oral? Isso dependerá dos objetivos da pesquisa. A questão fundamental para o pesquisador não é saber se será necessário usar a história oral, mas sim como ela pode contribuir para o desenvolvimento da pesquisa. Em outras palavras, uma ferramenta sobre a qual não se sabe nada, para que serve ou em que casos pode ser usada, é inútil, assim como um cinzel é inútil na mão de uma pessoa que não sabe esculpir.

Como qualquer caminho metodológico, é preciso saber como empregar a história oral, para que serve e quais seus limites. Para Portelli, “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997a, p. 31). E ele vai além,

E que coisa é história oral? Não é tanto a informação, porque, grosso modo, do ponto de vista informativo, digamos, os arquivos, os jornais são mais especializados. Depois podem até te dar informações inúteis, mas são mais especializados. Isto é, se você quer reconstruir um evento você primeiro vai ao arquivo. Elas (as fontes orais) te dão, ao invés, coisas diversas. Elas te dão uma dimensão de subjetividade. Você pode fazer, não somente história, mas história da subjetividade, história da memória. Portanto, você pode não somente reconstruir aquilo que aconteceu, mas também o que significa aquele acontecimento depois. O que significou? E então, a fonte oral, é um outro tipo de fonte literária. Em certo ponto, ela te diz mais. E então, no centro da fonte, no centro da história oral, você colocará a subjetividade, a memória, a linguagem, o diálogo, isto é, precisamente, aquelas coisas que a crítica positivista às fontes orais criticava como ignorância, como limite, como defeito da fonte oral (SALES *et al.*, 2010, p. 16).

Usos não abusivos da história oral

Parafraseando o título de uma importante coletânea de artigos sobre o tema, *Usos e abusos da história oral*, organizado por Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (FERREIRA; AMADO, 2006), será dada, a partir de agora, ênfase em como a história oral pode ser adotada nas mais diversas pesquisas científicas.

Lozano resume bem o trajeto de utilização da história oral na pesquisa científica:

A história oral compartilha com o método histórico tradicional as diversas fases e etapas do exame histórico. De início, apresenta uma problemática, inserindo-a em um objeto de pesquisa. Depois, desenvolve os procedimentos heurísticos apropriados à construção das fontes orais que se propõe produzir. Na hora de realizar essa tarefa, procede, com maior rigor possível, ao controle e às críticas interna e externa da fonte constituída, assim como das fontes complementares e documentais. Finalmente, passa à análise e à interpretação das evidências e ao exame detalhado das fontes recompiladas e acessíveis (LOZANO, 2006, p. 16).

Como em qualquer pesquisa, antes de se definir o método e procedimentos a serem empregados é necessário ter um objeto em mente. Apenas após saber o que estudará é que o pesquisador poderá definir como pretende desenvolver sua investigação e chegar aos resultados.

Não adianta simplesmente querer utilizar a história oral, mas saber se há necessidade de utilizá-la. Assim, a primeira questão que deve ser levantada por quem pesquisa é se as narrativas podem ajudar a atingir os seus objetivos principal e específicos. Se um pesquisador da área da saúde está estudando o impacto psicológico do trabalho durante a pandemia de Covid-19 nos profissionais da saúde, além de dados estatísticos sobre quantidade de afastamentos por causas psicológicas

ou outras fontes quantitativas, as narrativas podem conferir um caráter qualitativo único à pesquisa.

Da mesma forma, colher as narrativas dos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando milhares de criminosos depredaram os palácios sedes dos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo federal, em Brasília, pode dar outra perspectiva sobre as mentalidades e situação política nacional do período, tornando-se uma fonte valiosíssima para os pesquisadores, digamos, de daqui a um século ou dois, seja da área da História, Antropologia, Ciências Sociais, Comunicação, Geografia Política, Psicologia etc.

Diferentemente de pesquisas quantitativas, que quando se chega a uma determinada quantidade de sujeitos ouvidos, os resultados tendem a ser manter estáveis, no caso da história oral, cada entrevista oferece um universo inteiramente novo para o pesquisador. Duas entrevistas sobre o mesmo tema e com o mesmo narrador podem resultar em perspectivas diferentes, em elementos distintos para a análise. Assim, em história oral, o fundamental é definir bem os narradores. Um único narrador pode gerar um trabalho riquíssimo, como o livro recentemente lançado por Cosma Araújo, *Sebastião e suas aventuras na construção de Brasília* (2022), que a partir do relato de Sebastião Severo Frota, um trabalhador da construção civil, traz uma profunda análise do período da construção da capital brasileira. Segundo Sônia Maria de Freitas,

Há que se preocupar com a qualidade e não com a quantidade de entrevistas a serem realizadas. Além disso, não se deve limitar o tempo de duração das entrevistas, e essas devem respeitar sempre a velocidade e as formas de se expressar de cada indivíduo. O entrevistador não deve levar o entrevistado à exaustão, pois ele pode falar compulsivamente por várias horas ao rememorar o seu passado. Acredito que uma entrevista não deva ter mais que duas horas de duração (FREITAS, 2006, p. 86).

A quantidade e perfil de entrevistados depende do objetivo da pesquisa. Se o foco for determinado grupo social, por exemplo, os sobreviventes de uma chacina no início do século XX, certamente haverá poucos entrevistados, pois a maioria dos sobreviventes ao fato já terão falecido a essa altura. Se poucos ainda vivem, o ideal seria tentar ouvir a todos ou ao máximo possível. Se o contingente for maior, caberá ao pesquisador, como sobre qualquer fonte, fazer os recortes necessários para que as entrevistas sejam viáveis. Como afirma Portelli:

Quando é que nós paramos de fazer as entrevistas no projeto, que na realidade nunca se acaba? Quando você se dá conta de que todas as últimas

entrevistas, que você fez, não mudam o horizonte de possibilidades. Então, é possível que você tenha alcançado uma hipótese plausível, não se saberá nunca (SALES, 2010, p. 11).

Em pesquisa realizada sobre a segregação socioespacial da população de um bairro periférico no município de Sobral-CE (FREITAS, 2017), o Caiçara, ouvimos moradores daquele bairro, criado a partir de um grande conjunto habitacional para pessoas de baixa renda no contexto do Programa Minha Casa Minha Vida, e de um outro, vizinho, considerado um empreendimento imobiliário voltado para a classe média, o Renato Parente. Apesar de terem sido ouvidos diversos moradores de ambos, apenas algumas narrativas acabaram integrando o texto final da dissertação por opção metodológica.

Foi interessante verificar as narrativas dessas pessoas, moradores de dois bairros distintos pela estigmatização ou não da violência, segregados ou auto segregados (SOUZA, 2008). Como veem a si mesmos e como enxergam o outro, aquele que não compartilha seus medos, anseios e aquilo que encara como problema fundamental? Contudo, não perdemos o foco crítico, sempre tendo em mente que não se pode negligenciar a interferência de outras vozes nas falas dos entrevistados. Como afirma Nilson Almino de Freitas:

Há uma mistura confusa de imagens nas falas das pessoas. Nas narrativas individuais sobre o espaço urbano, recorrentemente, há tanto imagens influenciadas por aquelas processadas e difundidas pelas políticas públicas, como imagens criativas e inesperadas sobre a cidade. Desta forma, o registro de classe talvez não seja muito operativo neste patamar temático de enunciação. O sujeito, quando fala de sua cidade ou do espaço onde mora, reproduz afecções produzidas durante sua experiência de vida e, ao mesmo tempo, tende a produzir imagens que ele considera significativas para o contexto em que fala, de acordo com interesses que estão em jogo e as regras de conveniência implicitamente subtendidas. Mesmo o especialista responsável por pensar a cidade racionalmente, tem opiniões pessoais resultantes de uma afetação emocional vivenciada no espaço (FREITAS, 2010, p. 59).

Em seu livro, *História oral: possibilidades e procedimentos*, Sônia Maria de Freitas afirma que antes da entrevista deve ser feita uma pesquisa prévia sobre os narradores.

No nosso entender, uma entrevista sem roteiro e direção tende a ser subjetiva e sem dados realmente fundamentais para a pesquisa. Por um lado, o que o depoente considera relevante pode não ser, do ponto de vista de nosso trabalho. Por outro lado, levantar questões é útil para as pessoas que falam pouco ou que têm certa dificuldade de se expressar oralmente.

Em nossos projetos elaboramos um roteiro amplo e abrangente, que é utilizado em todas as entrevistas, para se garantir uma certa unidade dos documentos produzidos. Porém, normalmente fazemos uma diferenciação

nos roteiros destinados a homens e mulheres e às diferentes atuações profissionais de cada um (FREITAS, 2006, p. 89).

Já Alessandro Portelli adota uma abordagem diferente. Segundo ele:

Todos, muitos manuais, sugerem que antes de fazer a entrevista procure saber o máximo possível sobre o teu entrevistado. Eis, eu não. Eu não faço isto. Claro que se vou entrevistar uma pessoa, alguma coisa eu saberei. Se essa pessoa é um operário das fundições, esta pessoa é um partigiano, isso. Nisto não há dúvida. Porém, isso é detalhe, ou coisa assim. Não o faço porque quero que a entrevista, quero que aquilo que eu saberei dessa pessoa venha da entrevista, não antes dela. Isto é, eu quero aprender quem é essa pessoa da fonte oral, não do contrário. Depois disso faço todas as verificações necessárias. Vou ao arquivo, leio as fontes escritas etc. Mas, o ponto de partida é a narrativa oral. E, então, eu diria que uma diferença é o uso das fontes orais que é essencialmente factual. O historiador procura informações, e não havendo, não as obtendo através de outras fontes, faz entrevistas. E isso vai muito bem, é um uso, usa as fontes orais como fonte de informação como as outras, com as outras (SALES, 2010, p. 15).

Sônia de Freitas (2006) afirma ainda que a entrevista em história oral pode assumir três formas diferentes: pode ser “tradição oral”, “história de vida” ou “história temática”. De forma resumida, segundo a autora, “tradição oral” seriam os elementos que uma dada sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, que preservam sua identidade, sejam relatos míticos, sejam cantigas de roda etc. “História de vida” seria uma espécie de autobiografia para quem não dispõe dos meios de fazê-la de forma escrita. Já a “História oral temática” seria a aplicação de entrevistas junto a um público específico sobre um determinado tema.

História oral X reportagem

Como se pôde perceber até o momento, nem toda entrevista pode ser considerada história oral. Uma entrevista realizada por um repórter sobre determinado acontecimento, por exemplo, não é história oral. A reportagem é objetiva, factual e na maioria das vezes superficial. Tem como fundamento a divulgação de uma informação de forma mais concisa e ágil possível. Para tal, muitas vezes o repórter intervém na fala do entrevistado, tentando fazer com que seja mais objetivo e responda necessariamente ao que foi questionado. Cabe ainda ao jornalista “traduzir” a fala do entrevistado, editando e reescrevendo de forma que fique claro ao público.

Já o pesquisador que utiliza história oral atua muito mais como um ouvinte atento. Muitas vezes o narrador acaba falando sobre temas que, inicialmente, não parecem ter relação direta com a pesquisa, mas caberá ao pesquisador verificar se

uma fuga de tema não quer dizer, por exemplo, que o narrador tem alguma intencionalidade, como esconder algo, que aquele tema foi doloroso por algum motivo etc. Como afirma Portelli:

Eu penso que a coisa mais importante da entrevista não seja tanto aquela de saber fazer as perguntas, mas seja aquela de saber escutar as respostas e aceitar quando o narrador fala de coisas diversas daquelas que nós lhe perguntamos. Porque tem coisas que nós queremos saber e tem coisas que os narradores querem dizer, que nós lhes perguntamos ou não. E, portanto, aceitar essa negociação, essa espécie de dança a dois (SALES, 2010, p. 4).

Segundo nos ensina Portelli (1997b), quando nos dispomos a ouvir a história de alguém, reconhecemos que esta pessoa detém um conhecimento que nós não possuímos e devemos ter humildade para buscar aprender a partir de sua narrativa. Mas para isso, não precisamos assumir uma postura de apatia ou de condescendência. “É preciso, sim, manter uma postura de educação em relação ao narrador, é preciso estarmos abertos, numa verdadeira troca de experiências, mas sem perder de vista o que motivou este encontro de vidas” (FREITAS, 2021, p. 148).

Ser educado, segundo Portelli, não nos obriga a esquecermos de pontuar as narrativas com colocações do tipo “‘Você tem certeza?’, ‘não sei muito bem se concordo com você’, ‘Outras pessoas já me deram versões diferentes desse episódio’” (PORTELLI, 1997b, p. 11). “Não podemos deixar de considerar quem está nos contando aqueles fatos, qual a sua intenção ao nos contar aquilo especificamente daquela forma, qual seu lugar de fala e como este narrador encara o nosso lugar social de escuta” (FREITAS, 2021, p. 148).

Outra contribuição valiosa pode ser oferecida por Danièle Voldman:

Quando realiza entrevistas, certamente o historiador deve trabalhar segundo suas técnicas próprias, mas também deve ter em mente dois outros procedimentos, tomados de empréstimo a disciplinas vizinhas: por um lado, servir-se das contribuições da sociologia na condução e na formulação das pesquisas; por outro, não negligenciar elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise. Para ele, não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas de saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato. Não cabe desesperar-se com mentiras mais ou menos fáceis de desmascarar nem com o que pode ser tomado como contraverdades da palavra-fonte (VOLDMAN, 2006, p. 39).

Os meios técnicos

A moderna história oral, como afirmou-se no início do texto, só foi possibilitada pelo emprego de recursos técnicos. Se inicialmente o gravador de fita foi a vedete, hoje os diversos mecanismos de gravação digital oferecem uma considerável variedade de meios para facilitar o trabalho do pesquisador. Contudo, não é necessário ter um gravador ou câmera de última geração para se praticar história oral, mas é fundamental ter equipamentos com uma qualidade minimamente aceitável para que não haja imprevistos e para que as gravações não sejam perdidas por não ser possível ouvi-las depois. Nesse caso, um gravador analógico ou eletrônico, uma câmera de vídeo de boa qualidade ou um telefone celular com aplicativo de gravação ou câmera com boa resolução resolvem bem essa questão.

Apesar das infinitas possibilidades técnicas oferecidas pelos mais diferentes equipamentos de gravação e edição, o fundamental ainda deve ter destaque no trabalho do pesquisador: não adianta gravar se não se puder fazer uma análise crítica da entrevista, tanto do que é dito quanto do que é silenciado, tanto de quem diz quanto de como diz, das expressões, trejeitos, repetições, lapsos, pontos perceptíveis apenas por um pesquisador atento, que não confia apenas na gravação, mas na observação de todo o contexto da entrevista. E para isso, o velho e bom caderninho de anotações é fundamental.

Em nossas experiências de pesquisa, consideramos fundamental a adoção de um *checklist* básico para evitar surpresas desagradáveis durante a gravação das entrevistas, composto por alguns lembretes importantes: testar o equipamento antes da entrevista; não confiar em apenas um equipamento, sendo interessante, se possível, gravar com mais de um equipamento para o caso de um deles falhar; no caso da utilização de mais de um equipamento de gravação, colocá-los em posições diferentes no ambiente da entrevista; no caso do uso do celular para a gravação, deixa-lo no “modo avião”; certificar-se de evitar interrupções ao longo da entrevista, escolhendo um ambiente isolado e com pouco barulho.

Contudo, apesar dos equipamentos poderem se tornar um problema em caso de falha, a maior dificuldade da história oral é, sem dúvida, a sensibilidade do pesquisador em aproximar-se e estabelecer uma relação de confiança com o entrevistado. A capacidade de se colocar no lugar do entrevistado, a empatia, é fundamental nessas horas. Ora, um belo dia você está em sua casa e chega um desconhecido à sua porta (e que não está em um carro identificado de uma televisão) pedindo que você fale, diante de uma câmera ou gravador, sobre suas lembranças

mais íntimas e suas impressões sobre um fato que mudou sua vida. Qual sua reação?
a) Bate a porta na cara dessa pessoa, pois deve no mínimo ser louco; b) Diz educadamente que não aceita; c) Aceita na hora e pede gentilmente para que ele entre e sintam-se à vontade; d) Começa a gritar por socorro, pois com certeza é um golpe ou tentativa de assalto. Certamente neste exemplo, é pouco provável que a pessoa aceite conceder a entrevista.

É evidente que uma entrevista deste porte não se faz sem um contato prévio com o narrador, seja diretamente ou por intermédio de alguma pessoa próxima a ele. Caberá ao pesquisador fazer esta negociação, convencer o entrevistado a conceder a entrevista no momento e local que este achar mais conveniente e adaptar-se a isso, afinal, não se espera que ele pare tudo o que está fazendo para atendê-lo. Como afirma Nilson de Freitas sobre a interação face a face entre o pesquisador e o pesquisado:

Essas regras de conveniência e a negociação cotidiana de interesses influenciam a narrativa constituída pelos interlocutores, assim como fazem parte do contexto de interlocução produzido. Isso porque, mesmo na interação de pesquisa, o que é constituído é uma relação social, onde o reconhecimento mútuo entre dois ou mais sujeitos em relação é fundamental e é formado durante o próprio evento, levando-se em consideração o tempo e o espaço. Saber “quem é quem” dá maior segurança aos envolvidos. O ‘desconhecido’ deve ser reconhecido imediatamente para que eles possam acionar comportamentos ‘convenientes’ diante daqueles que lhes são estranhos. Essa conveniência é resultado da dinâmica das relações sociais no cotidiano dos indivíduos. O reconhecimento não é uma coisa substantiva e definível de forma determinante em qualquer espaço de relações sociais. É uma negociação, onde as regras são mais ou menos reconhecidas pelos envolvidos e, ao mesmo tempo, são produzidas no contexto de situação do evento (FREITAS, 2010, p. 60).

Superado este momento, o entrevistador segue tendo de colocar sua capacidade de análise à prova observando as escolhas feitas pelo entrevistado, tanto do dia, horário e principalmente o cenário da entrevista, que podem dizer muito sobre o que se está pesquisando. De acordo com Freitas (2006, p. 91),

Antes do início da entrevista, asseguramos aos nossos entrevistados que, naquela entrevista, ele terá todo o direito de não opinar sobre aquilo que não lhe for conveniente, solicitar o desligamento do equipamento, quando considerar necessário, ou mesmo censurar trechos da entrevista gravada e da sua respectiva transcrição (FREITAS, 2006, p. 91).

Antes de iniciar a entrevista, com os equipamentos testados e posicionados, deve-se ter um momento de amenidades com o entrevistado, para deixá-lo à vontade. Seria interessante já manter o equipamento ligado, com o entrevistado devidamente

informado, para que este se adapte e passe a se sentir à vontade diante das câmeras ou gravadores. Para facilitar o processo de identificação e a transcrição da entrevista, é interessante, no momento que for iniciar, o pesquisador fazer uma abertura, informando data, local, nome do entrevistado, do projeto ao qual a entrevista se destina, o contexto no qual a entrevista foi gravada e os nomes e origens dos entrevistadores.

Feito isso, o roteiro servirá de guia, mas nunca de “camisa-de-força” para o pesquisador, que deve adaptar-se às circunstâncias e às informações obtidas durante a fala do entrevistado.

Procuramos também, em toda entrevista, ter o cuidado de não interferir na fala e nunca fazer nenhum juízo de valor. Ou seja, ouvimos experiências e interpretações e em nenhum momento a nossa opinião pessoal sobre determinada questão é colocada. A nossa preocupação – e da História Oral – é garantir a visão de mundo, as ideias, os sonhos e as crenças dos depoentes. Nessa narrativa, a imaginação se mistura com a realidade (FREITAS, 2006, p. 91).

Após a entrevista, o ideal é que se peça ao entrevistado que assine ao termo de doação do depoimento à instituição à qual o pesquisador está vinculado. Alguns pesquisadores, como Alessandro Portelli, optam por solicitar apenas que o entrevistado deixe o consentimento gravado em vídeo.

O passo seguinte é a transcrição integral da entrevista. E neste momento, dependendo do pesquisador, a metodologia pode variar.

O resultado final da entrevista é o produto de ambos, narrador e pesquisador. Quando as entrevistas, como é frequentemente o caso, são arrumadas para a publicação, omitindo inteiramente a voz do entrevistado, uma sutil distorção tem lugar: o texto dá as respostas sem as questões, dando a impressão de que determinado narrador dirá as mesmas coisas, não importando as circunstâncias – em outras palavras, a impressão que uma pessoa falando é tão estável e repetitiva como um documento escrito. Quando a voz do pesquisador é cortada, a voz do narrador é distorcida (PORTELLI, 1997a, p. 36).

O momento da transcrição é fundamental, cabendo ao pesquisador ter total atenção ao que foi dito para evitar distorções. Por isso, a gravação deve ser ouvida quantas vezes forem necessárias e comparada às anotações do caderno de campo. Segundo os diversos manuais e trabalhos realizados em história oral, há alguns códigos a serem seguidos no ato da transcrição, dentre os quais: as passagens que não podem ser ouvidas direito devem ser colocadas entre colchetes []; Em pontos onde haja dúvidas ou silêncios do entrevistado, colocar reticências ...; Anotações de expressões (como o riso) devem ser colocadas entre colchetes.

Questões éticas, como edições solicitadas pelos narradores, devem ser negociadas, pois a entrevista, como destaca Portelli, é um produto de ambos, cunhado a partir da parceria. Da mesma forma, pontos que possam causar algum prejuízo ou risco ao narrador, se este solicitar, podem e devem ser removidos.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar algumas reflexões metodológicas iniciais sobre o uso da história oral em pesquisas científicas, de modo a destacar pontos muitas vezes esquecidos por pesquisadores iniciantes, que se negligenciados podem custar tempo ou até mesmo comprometer o andamento do processo.

Muitas questões sobre a história oral têm ganhado relevância no meio acadêmico. Os limites, os objetos, as contribuições e a própria definição da história oral suscitam debates e discussões bastante fecundas. Neste momento, especialmente no Brasil, onde a história oral já galgou fundamental espaço acadêmico, sendo empregada em diversas pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento, é cada vez mais importante o estabelecimento de uma metodologia sólida, mas sem limitar a criatividade na construção de objetos.

Mais do que isso, a história oral veio ocupar um amplo espaço de pesquisa pouco explorado: o das vozes que, por mais singular que pareça, não são ouvidas exatamente por não serem escritas. Se o homem se constrói em sociedade, a sociedade se constrói através da comunicação, e a comunicação primeira, não se pode negar, é a fala. Acontece que o direito de se fazer ouvir durante longo tempo foi limitado aos “donos do poder”, os donos da história, das riquezas, do conhecimento. Mas aos poucos a história oral vai conseguindo mudar este panorama. Exatamente por isso foi duramente criticada e agora é enaltecida.

Exatamente por ser algo tão revolucionário, por possibilitar que determinadas vozes finalmente sejam ouvidas, a história oral suscita paixões que, sem o devido rigor acadêmico, podem levar ao fracasso de ricas possibilidades de pesquisa. Através desta discussão inicial espera-se ter contribuído para sanar as dúvidas mais frequentes sobre a história oral.

Referências

ALBERTI, V. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO, J. **O Grande Mentiroso**: tradição, veracidade e imaginação em história oral. História, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/PPGG%20-%20PESQUISA%20QUALI%20PARA%20GEOGRAFIA/AMADO%20-%20O%20grande%20mentiroso.pdf. Acesso em: 3 nov. 2017.

ARAÚJO, C. S. **Sebastião suas aventuras na construção de Brasília**. Sobral: SertãoCult, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, RJ, Bertrand Brasil, 1989. Tradução de Fernando Tomaz.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FRANÇOIS, E. A Fecundidade da história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. D. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, p. 3-13, 2006.

FREITAS, A. J. L. Não há piores ou melhores: a violência, o preconceito e o medo entre vizinhos de uma mesma cidade. In: SALES, T. B.; FREITAS, A. J. L. (Orgs.). **História Oral**: Diálogos com a obra de Alessandro Portelli no Brasil. Sobral: SertãoCult, 2021.

FREITAS, A. J. L. **Sobre viver em Sobral-CE**: da segregação à estigmatização socioespacial nos territórios da violência e do medo. 2019. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, Sobral-CE, 2019.

FREITAS, N. A. Cotidiano e práticas urbanas: reflexões metodológicas sobre a pesquisa na cidade. In: HOLANDA, V. C. C.; AMORA, Z. B. (Org.). **Leituras e saberes sobre o urbano**: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte. 1ª ed. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010, v. 1.

FREITAS, S. M. **História Oral**: Possibilidades e procedimentos. 2ª ed., São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

LOZANO, J. E. A. Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. D. M. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 15-25.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, v. 14, fev. 1997a. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233/8240>. Acesso em: 09 maio 2017.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, abr./1997b, p. 13-49. [online] Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11215/8223>. Acesso em: 10 set. 2020.

SALES, T. B.; NEVES, F. C.; JUCÁ, G.; MENEZES, M. Entrevista com Alessandro Portelli. **Revista Historiar (UVA)**, Sobral, v. 4, n. 4, jan. - jun. 2010. ISSN 2176-3267. Disponível em: http://www.uvanet.br/hist/janjun2011/alessandro_portelli.pdf. Acesso em: 13 nov. 2017.

SOUZA, M. L. **Fobópole: O Medo Generalizado e a Militarização da Questão Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VOLDMAN, D. Definições e usos. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral**. 8ª ed., Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 33-42, 2006.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA,
Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-
Graduação em Geografia da UVA.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5551089099540745>

Artigo recebido em: 26 de fevereiro de 2023.

Artigo aprovado em: 17 de maio de 2023.